

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

THE BRAZILIAN UNIVERSITY: COLONIZATION TO CURRENT DAYS

Ana Flávia Luca Castro*

Aurimar de Freitas Figueiredo*

Lucélia Cardoso Gonçalves*

Raquel Renzo Silva*

RESUMO:** O presente artigo pretende discutir a Universidade brasileira, perpassando um breve retrospecto histórico, desde o surgimento das primeiras reformas educacionais no país e a criação das primeiras Universidades, a relação Igreja/Estado, bem como a influência dos modelos econômicos adotados pelo país nas políticas sociais em geral e as novas configurações impostas pela política neoliberal, que rebatem diretamente na política educacional, consequentemente, na Universidade.

Palavras-chave: Universidade. Política educacional. Neoliberalismo.

ABSTRACT: *This article discusses the Brazilian university, passing a brief historical retrospect, since the emergence of the first educational reforms in the country and the creation of the first universities, the church / state relationship, as well as the influence of economic models adopted by the country in social policies in general and the new settings imposed by neoliberal policies, which directly rebut educational policy, consequently, at the University.*

Keywords: *University. Educational policy. Neoliberalism.*

INTRODUÇÃO

*A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.
Aristóteles*

Discutir a Universidade Brasileira em suas tarefas básicas (pesquisa, docência e prestação de serviços) é necessário para repensar, a efetividade dessas três premissas em tempos atuais,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela FCHS UNESP – Câmpus – Franca.

** Este artigo foi elaborado sob orientação da Prof^a. Dr^a. Josiani Julião Alves de Oliveira, Doutora em Serviço Social, Docente do Departamento de Serviço Social e do programa de Pós graduação em Serviço Social da UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - câmpus de Franca.

pois, sua atual crise reflete os aspectos relacionados ao percurso histórico vivenciado.

Desde os tempos que se dependia da relação colônia/metrópole observa-se intrínseca afinidade do Estado/Igreja no campo da política educacional, com as chamadas “Companhia de Jesus” que possuíam a missão de catequizar e ensinar os nativos. Tempos depois, algumas alterações são observadas com a criação das primeiras Universidades brasileiras, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

Há de considerar que o percurso da Universidade Brasileira possui uma história passada e contemporânea, que lhe confere feitos e mudanças próprias.

No decorrer das décadas de 1920 a 1960 o país atravessava significativas alterações no campo político, econômico e como não poderia deixar de ser, no âmbito educacional.

Na década seguinte, vive-se um período nebuloso com a Ditadura militar que perdurou por mais de 20 anos, com um modelo econômico voltado aos organismos internacionais, e, a Universidade brasileira extremamente com a sua autonomia cerceada, sofrendo a intervenção do Estado em todos os setores e os acordos com Estados Unidos no campo educacional.

Com a abertura democrática, têm-se promulgação da Constituição Federal em 1988, com avanços significativos no campo das políticas sociais, principalmente no setor educacional.

Posteriormente, depois de muitas discussões é aprovada no Congresso, no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde com todos os retrocessos que merecem ser discutidos, estabelece maior flexibilidade e organização dos estudos escolares e, estabelece a criação de padrões de avaliação nacional para os diferentes níveis, ou seja, da educação básica ao ensino superior.

Também se pode citar nos anos 2000, a criação do Prouni, das cotas e, o avanço do ensino à distância.

1 O PROCESSO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A compreensão do início da trajetória histórica da Universidade brasileira tem sido marcada por avanços e retrocessos, permeada por relações “estreitas” com a questão religiosa, desde a colonização brasileira, por exemplo, com o desejo de Portugal de superar os limites provocados pelas relações feudais e, principalmente, a imposição deste país, em impor a exclusividade do comércio com as colônias, controle fiscal sobre as operações externas e internas.

Nesse período, as chamadas “Companhia de Jesus” possuíam a missão de ressocializar e cristianizar os índios, conseguindo através da difusão das teorias legitimadoras da expansão colonial, a difusão dos ideais de dominação da metrópole. Mas, na segunda metade do século XVI, Portugal atravessava um período de indefinição, começando apenas a despertar para a nova cultura da renascença. Segundo (ROCHA, 1984, p. 15) em virtude da falta de exemplos em relação às tradições educacionais a metrópole Portugal não servia de modelo, pois, seu sistema educacional começava a esboçar-se e o analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas a nobreza e a família real.

A responsabilidade então da Companhia de Jesus no papel de “aculturar” os nativos pela fé católica, pela catequese e pela instrução, era imensa, visto que os missionários não estavam preparados para as funções que deles se esperavam, inclusive, o magistério.

É nesse período que se iniciam os primeiros cursos de bacharel e mestrado em Artes no Colégio da Bahia, ministrado pelos jesuítas. Esse momento é marcado por duas fases, cuja centralidade é a dependência econômica entre religiosos e nativos. A primeira fase é marcada pela penúria, onde o aspecto positivo era

a obrigação dos jesuítas (desprovidos de recursos) em conquistar a simpatia popular, mostrando-se identificados com seus problemas, necessidades e anseios da população indígena.

Na segunda fase, sem a preocupação com a ausência de recursos, os jesuítas retrocederam e distanciaram-se da realidade, com a cultura não mais posta a serviço da sociedade para se colocar “à margem da vida, dedicada á conservação dos esquemas mentais clássicos e das convenções sociais estabelecidas”. (MATTOS, 1958, p. 297)

É necessário destacar que a instrução não representava muito naquele tipo de sociedade vigente, pois, a classe dominante não a julgava necessária e os dominados não a conseguiam sustentar.

Percebe-se que nessa situação o Estado zelava pelos seus interesses, coibindo a educação jesuítica de perturbar a estrutura vigente e, subordinando-a aos imperativos do meio social, tanto que na segunda metade do século XVIII os Jesuítas foram expulsos do Império Português pelo Marquês de Pombal, sendo obrigados a deixar suas Missões e o Projeto de Educação Católica que haviam implantado no Brasil.

A situação nas colônias portuguesas era bem diferente das colônias espanholas que no século XVI já tinham a fundação das primeiras Universidades.

É importante frisar que até a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, não havia Universidade no Brasil, as tentativas dos Jesuítas não lograram sucesso no Império Português, pois a Coroa proibira a instalação de Universidades nas colônias. Somente com a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, que tornou o Rio de Janeiro a sede do Império é que houve a preocupação de que fossem instalados no Brasil os primeiros cursos universitários em território brasileiro - de Direito em São Paulo e de Medicina em Olinda.

Após a Independência (1822), com o surgimento da monarquia constitucional e sob a influência das idéias liberais há muito infiltradas no país, a Educação anteriormente concebida como um dever dos súditos passa a ser abrangida como um direito do cidadão e um dever do Estado, sendo então composta a Assembléia

Constituinte e Legislativa, que no ano de 1823, cuidou da instrução pública e que tratou de dois Projetos de Lei: Tratado de Educação para Mocidade Brasileira e Criação de Universidades. Porém não houveram alterações na cultura educacional brasileira, a educação continuava a ser elitista e a formação universitária era pra poucos.

Observa-se ainda a presença da unidade entre Estado e igreja no quesito educacional, fato este que influenciou diretamente criação das primeiras Universidades no Brasil e, que a República herdou do Império, ou seja, a missão de avançar na secularização do Ensino principalmente no sentido de organização de um sistema escolar nacional.

Na República, algumas reformas educacionais foram realizadas, sempre com a preocupação da preparação do ensino secundário para o ensino superior e, nem podia ser diferente, uma vez que num país de “analfabetos”, onde a maioria da população sequer tinha acesso ao ensino primário, acabava sendo normal que aqueles poucos que conseguissem chegar ao ensino secundário, apenas o fizessem com intuito de ingressar no ensino superior.

Vale destacar que a Reforma Rivadávia (1911), como é conhecida o movimento provocado por Rivadávia Corrêa, que defendia o princípio da liberdade de Ensino, que custou muito caro ao liberalismo e influenciou a educação brasileira, ao lado do credo positivista e, que competiram com a doutrina católica. Vale destacar que também foi um dos responsáveis pela desoficialização do Ensino brasileiro e, constitui uma das atitudes para a criação da primeira Universidade Brasileira pública, a Universidade do Rio de Janeiro, que originou da junção em uma única Instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito.

Também merece destacar que o país mantinha um modelo econômico baseado no agrário exportador, não fazendo exigências à organização escolar, situação que se agravava segundo (ROMANELLI, apud FILHO, 2005, p. 58).

[...] em razão de que a herança cultural havia sido criada a partir da importação de modelos provenientes da Europa; que a estratificação social,

predominantemente dual na época colonial, havia destinado à escola apenas à parte da aristocracia ociosa, que essa demanda social da educação, mesmo quando englobou seu perfil os estratos médios urbanos, procurou sempre na escola uma forma de adquirir e manter status.

Pensar a Universidade brasileira nesse período requer também um olhar para os números de alfabetização do período, pois, mesmo no terreno da expansão quantitativa das oportunidades, o esforço realizado não foi suficiente para compensar o crescimento da população em idade escolar.

De acordo com Florestan Fernandes (apud FILHO 2005, p. 59) embora entre 1900 e 1920 tenha havido crescimento significativo da população que sabe ler e escrever (salto de aproximadamente 3.380.451 para 6.155.567), o percentual dos que não sabiam ler e escrever permaneceu o mesmo, ou seja, 65% da população, passando de 6.348.869 em 1900, para 11.401.715.

Nas décadas de 1920 a 1940, inúmeras foram as situações a serem consideradas, pois, o país atravessou momentos importantes como a questão da crise causada pela superprodução de café, as crises internacionais de 1929 e início da década de 1930, além das mudanças na política implantadas pelo Governo Getúlio Vargas, político à frente de seu tempo, que implantou mudanças profundas na economia e no Estado brasileiro, ocasionando mudanças sociais e culturais importantes que se refletiram diretamente na educação, é importante ressaltar que a Universidade de São Paulo foi fundada em 1934.

Nas décadas seguintes, o Brasil trilhou caminhos no campo educacional que perpassaram por preocupação restrita ao Ensino Superior e ao chamado secundário aliado a isso, o país atravessava um modelo econômico nacional desenvolvimentista, onde havia uma baixa demanda por educação para exigências educacionais maiores.

Vale destacar que em 1961, cujo projeto estava em discussão desde 1948, é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, e por mais de 20 anos, o país atravessa um

período de Ditadura militar, onde há invasões em Universidades, estudantes são exilados e, acordos internacionais são realizados o que os militares consideraram de Modernização da Universidade, além de muitos conflitos entre estudantes e regime militar, dentre outras situações, mas, uma merece destaque, a proliferação de Universidades Federais, principalmente com os cursos de Letras e Pedagogia.

Em 1968, com o endurecimento da ditadura militar, a Lei n. 5.540 acaba com a autonomia universitária, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha (2003, p. 214):

“O controle externo de várias decisões, como a seleção e nomeação de pessoal, provoca a perda de autonomia da universidade. A divisão em departamentos fragmenta a antiga universidade e instaura um processo de burocratização nunca visto. Da mesma forma, se até então os alunos eram reunidos em turmas compondo uma turma, o sistema de matrículas por disciplina desfaz grupos relativamente estáveis. Essa técnica de romper a interação entre pessoas e grupos parece ter a intenção de atenuar a crescente politização dos estudantes”.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), principalmente após a reforma da LDB com a Lei n. 5.692/71, o ensino é universalizado, porém a falta de profissionais e infraestrutura comprometeu a qualidade da Educação, que continuou sendo elitistas, as Universidades públicas de qualidade continuam sendo privilégios das classes mais abastadas da sociedade brasileira, concomitantemente houve uma grande expansão do ensino superior privado, cujo acesso das classes menos abastadas era mais fácil.

Na década de 1980, tem-se a abertura democrática do País, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que institui avanços significativos em diversos setores das políticas sociais, principalmente no campo educacional.

Para tanto nos anos seguintes (1996), tem se aprovação da nova LDB, depois de muitas discussões e emendas, e, com significativas alterações no campo educacional e que aliada

á conjuntura política, econômica e ideológica vigente, rebate diretamente na Universidade Brasileira.

2 A UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Para entendermos a Universidade como está configurada na atualidade, precisamos compreender o contexto econômico, político e social que a permeia.

As mudanças políticas, econômicas, sociais, o processo de globalização e a revolução tecnológica provocaram significativas alterações no processo de formação profissional, ou seja, interferem diretamente no ensino superior.

O neoliberalismo surge como uma concepção teórica e ideológica contra o Estado de Bem-Estar Social, estado esse desenvolvido através das teses Keynesianas, que pregavam um estado protetor e regulador, sobretudo no que diz respeito aos direitos sociais. O Welfare State surge em resposta à crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York.

As idéias neoliberais ganham força na década de 1970, no contexto de crise do capitalismo em países desenvolvidos, na crise do petróleo e no colapso do socialismo real. Os neoliberais acreditavam que a raiz da crise estava exatamente no estado protetor, que interferia na vida econômica e política, além dos gastos com as políticas sociais, a pressão dos trabalhadores e a organização em sindicatos.

Por depositarem uma excessiva fé no mercado, os neoliberais acreditavam que este iria distribuir os recursos de maneira justa e eficiente, de acordo com empenho de cada um, promovendo um estado máximo para o capital e mínimo com os gastos sociais. Nesse sentido, o mercado “[...] é um mecanismo auto-regulador do processo econômico e auto-corretor dos eventuais e transitórios desequilíbrios do capitalismo.” (VILLARREAL, apud BIANCHETTI, 1996, p. 87).

Como principais teóricos do neoliberalismo, temos Friederich Hayek e Milton Friedman. Como líderes de potências

mundiais, temos Margaret Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos que adotaram os ideais pregados.

Para os neoliberais, a educação faz parte da agenda econômica, acreditam na escola como um mercado e os estudantes como consumidores. Voltam à educação para o trabalho, incentivando a competitividade entre os alunos, enfatizando a concepção de mérito individual, para tanto, a educação “[...] ressurgiu sob as categorias de sociedade do conhecimento e qualidade total, como panacéia de competitividade numa sociedade tecnicada e globalizada.” (BIANCHETTI, 1996, p. 14).

O neoliberalismo utiliza as escolas como meio de difusão de suas ideias, incentivando a aceitação de seu modelo como o único capaz de coordenar racionalmente os problemas sociais.

Em relação ao ensino superior, assistimos a proliferação de universidades particulares e escolas técnicas em detrimento das universidades públicas, que vem acompanhado de um discurso de democratização do ensino, mascarando as reais intenções da política neoliberal, que propõe um intenso processo de privatização dos direitos sociais, dentre eles a própria educação.

Essa realidade reforça o fato de que a educação brasileira trata suas escolas como “empresas”, ou seja, como um “negócio” que precisa dar rentabilidade. No entanto, formação não rima com produtividade, nem com lucro. (LEWGOY, 2009, p. 41).

As universidades públicas sofrem com cortes orçamentários, com infraestruturas que não são capazes de atender a demanda, os professores são enquadrados na lógica da produtividade, o perfil do profissional que querem formar é voltado apenas para o mercado de trabalho, por tal motivo, dão excessivo valor aos cursos técnicos, capazes de formar mão-de-obra qualificada em pouco tempo.

Enquanto o Estado Neoliberal aumenta o volume de dinheiro público gasto em instituições de Ensino Superior privadas, em programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), PROIES (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012), Programa Escola da

Família (no caso do estado de São Paulo), entre outros programas que financiam a existência de Licenciaturas em várias instituições privadas com o objetivo de aumentar a quantidade de profissionais na área da Educação em detrimento da qualidade.

O financiamento de pesquisas que pertencem à área das ciências humanas e sociais é cada vez mais escasso, preferem investir em pesquisas que vão contribuir de forma direta com o processo produtivo, investem principalmente em estudos ligados ao acréscimo de novas tecnologias.

A sociedade vive o que muitos teóricos chamam de “sociedade da informação”, onde quem detém o conhecimento, detém também o poder. Com a globalização, as barreiras de comunicação entre os países foram quebradas, assiste-se ao impacto das modernas tecnologias de comunicação nas universidades, nos meios de produção, na cultura e nos costumes da população.

Um dos papéis da universidade é refletir criticamente sobre essas mudanças sociais e atualmente, tem-se delegado múltiplas funções para universidade, demandas provenientes da sociedade, do mercado e do próprio estado.

De acordo com Santos (2001, p. 190), os desafios postos pela sociedade à universidade passam por três grandes contradições: a produção do conhecimento; a hierarquização dos saberes e a autonomia institucional. Também pode se destacar a produção de conhecimento e instrumentais úteis ao mercado de trabalho ou a segmentos específicos da sociedade.

Os critérios de seletividade de estudantes pelo mérito e políticas compensatórias que deem acesso às classes populares, aos afrodescendentes e aos indígenas, bem como a adoção de indicadores de eficácia e produtividade de natureza empresarial, indicam os rebatimentos que essa política tem provocado na universidade.

A contradição proveniente dessas demandas resulta na crise da universidade, que de acordo com o autor é formada por três momentos diferentes, a crise da hegemonia com a contradição dos conhecimentos exemplares e os conhecimentos instrumentais; a crise de legitimidade, ocasionado pela tensão entre hierarquização

e democracia e a crise institucional, entre os valores acadêmicos e os critérios de produtividade.

Para se refletir sobre essas novas configurações, tem-se na década de 2000 ainda a criação do PROUNI em 2005 (O Programa Universidade Para Todos - Decreto n. 5.493) e posteriormente as cotas universitárias para negros, índios e estudantes de escola pública, especialmente a população economicamente vulnerável, almejando a igualdade de acesso ao ensino superior. Contudo, esquecem da igualdade da educação como um todo, ou seja, do aprimoramento da educação básica, criando possibilidades para esses alunos ingressarem no ensino superior.

É eminentemente desejável que todo jovem, homem ou mulher, qual quer que seja sua renda, posição social, local de residência ou raça dos pais, tenha oportunidade de obter educação superior contanto que estejam dispostos a pagar por ela hoje ou com a renda mais alta que a escolarização lhe permitirá obter depois. (FRIEDMAN, apud BIANCHETTI, 1996, p. 99).

A questão de pagar pela universidade depois de formado, conforme expresso nas palavras de Friedman nos remete na atualidade, ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes matriculados em instituições privadas, que podem pagar as mensalidades do curso, depois de formados.

Ainda em relação ao financiamento do ensino superior, a crítica neoliberal sobre as universidades públicas centra-se exatamente nessa questão, pois, alegam que há um elevado custo para manutenção e, que os alunos não correspondem às expectativas.

[...] nas instituições públicas, nas quais as anuidades são baixas, os alunos são clientes de segunda classe. São objeto de caridade, em parte sustentados pelos contribuintes. No caso das universidades privadas, os estudantes são os principais clientes: pagam pelo que recebem e querem receber o valor correspondente por seu dinheiro. (FRIEDMAN, apud BIANCHETTI, 1996, p. 99).

As universidades públicas são financiadas por toda população, através dos impostos. Portanto, diante desse contexto, observa-se um verdadeiro desmonte dos direitos sociais.

...percebe-se que o que incomoda os neoliberais é a liberdade acadêmica, o distanciamento da universidade pública em relação aos mecanismos de mercado, a ausência de submissão aos critérios da produção industrial da ciência e da cultura. (MARRACH, apud SILVA, 1996, p. 20).

A política neoliberal, não atinge somente a educação, mas, sobretudo as políticas públicas e sociais, que são cada vez mais realizadas através de ações fragmentadas e parciais.

Existe um intenso processo de precarização do ensino superior desde as suas fontes primárias. Dessa forma, deve-se lutar em defesa de uma educação pública, democrática e de qualidade, que esteja ligada ao conceito de cidadania e não ao conceito de mercado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, pensar a universidade significa rever as suas funções e o seu papel social, lembrando que ela está permeada por um contexto produtivista e mercadológico, sob a égide da política neoliberal.

Muitas pesquisas realizadas nas universidades estão distantes da realidade da população, afastando a universidade do seu compromisso com a sociedade, enquanto instituição social.

Não podemos nos esquecer do compromisso das universidades com a sociedade, devendo ser um centro de excelência em pesquisa que de alguma forma favoreça a sociedade e devolva um bem útil á ela. As universidades devem ficar a cargo da sociedade e não do mercado.

O saber difundido na universidade, bem como a produção e construção do conhecimento efetivado na mesma, necessitam estar direcionados para melhoria de vida da população e não somente para o mercado.

Essa é uma reflexão que as universidades devem fazer, sejam elas públicas ou privadas, a lógica da produtividade apenas para concessão de diplomas ou de títulos reflete uma visão mercadológica e individualista, que não consegue enxergar a totalidade social que permeia a universidade.

Portanto, a universidade deve estabelecer um diálogo com a sociedade, uma troca de experiências e conhecimentos. Para isso, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas que estejam de acordo com as exigências da população e o desenvolvimento da extensão universitária, constituindo o tripé da universidade pública, ensino, pesquisa e extensão.

Os projetos de extensão universitária devem ter um olhar atento para as necessidades da população, precisam ser pautados em uma relação de ensino e aprendizagem, onde ambos são sujeitos do processo de construção do conhecimento.

Não podemos negar que, ao longo da história houve conquistas significativas para melhoria das universidades, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

O acesso a universidade que vem crescendo cada vez mais, representa uma dessas conquistas. Mas não basta apenas o aumento do número de vagas, é preciso manter esse estudante na universidade, proporcionar condições de permanência estudantil e promover um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 2003.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BOFF, L. **A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania**. Cadernos de Extensão Universitária, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ/Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1994.

FRANCO, M. L. B.; RODRIGUES, M. L. (Orgs.). **Novos Rumos do Ensino Superior**. São Paulo: PUC-SP, 1997.

GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social desafios para formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MATTOS, L. A. de. **Primórdios da Educação no Brasil: o período heroico**. (1549-1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

PALMA FILHO, J. C. (Org.) A educação brasileira no período de 1930-1960. A Era Vargas. In **Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: História da Educação**. 3. ed., São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Graduação: Santa Clara, 2005.

_____. A educação brasileira nos últimos quarenta anos: de JK a FHC. In **Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: História da Educação**. 3. ed., São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Graduação: Santa Clara, 2005.

ROCHA, M. A. dos S. **Trabalho manual x trabalho intelectual na educação brasileira**. v. 20, p. 37-48, São Paulo: Didática, 1984.

SANTOS, B. de S. **Seis razões para pensar**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 54, p. 13-23, 2001.

SILVA, F. L. E. et al. **Conciliação, Neoliberalismo e Educação**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.